



GT 40- Violência, Polícia e Justiça no Brasil: Agenda de pesquisa e desafios teóricos-metodológicos.

- **Coordenadora: Maria Stela Grossi Porto – UNB**
- **Coordenador: Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – PUCRS**
- **Suplente: José Luiz Ratton – UFPE**

TÍTULO: “BASTA TÁ DO LADO”: a construção social do “envolvido” com o tráfico e seus efeitos de controle entre os “jovens” nas favelas cariocas¹.

Fátima Cecchetto*
Jacqueline de Oliveira Muniz**
Rodrigo de Araujo Monteiro***

RESUMO

Partindo do trabalho etnográfico e de entrevistas grupais com jovens de duas favelas no Rio de Janeiro, o texto explora como a categoria de *envolvido* é mobilizada na distribuição seletiva de vigilância e punição sobre a juventude pobre e as implicações em suas vidas. Discutem-se as táticas discursivas, as manobras de sentido e os modos de contorno, expressos em seus diversos acionamentos. Como um operador de vigilância a serviço da regulação das trajetórias e percursos identitários a categoria revela uma trama de rotulações que põe em operação deslizamentos entre os estados provisório (“estar *envolvido*”), momentâneo (“ficar *envolvido*”) ou permanente (“ser *envolvido*”), evidenciando fronteiras porosas, inclusivas e excludentes, cujos movimentos transitam pelas noções de “bandido”, “suspeito” e “vulnerável”. Analisa-se a hierarquia de contágio moral que informa graus de “comprometimento” dos favelados e, por sua vez, os seus níveis de merecimento de terapias punitivas ou de “resgate social”. Aponta-se, por fim, para uma ambição de tutela policial maximizada pela criminalização não só dos indivíduos, mas também de seus vínculos sociais.

Palavras-Chave: Juventudes, envolvimento, controle social, vigilância, vulnerabilidade social.

¹Nota dos autores: Adotou-se o critério de ordem alfabética para a apresentação dos autores em função da equivalência de suas contribuições.

* Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, Professora do programa de Pós Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). E-mail: face.fiocruz@gmail.com

** Antropóloga. Doutora em Ciência Política. Professora Adjunta do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jacquelineoliveira.muniz@gmail.com

*** Sociólogo. Doutor em Saúde Coletiva, Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rodearmo@yahoo.com.br

Introdução

A ideia desse texto surgiu mediante uma inquietação em relação ao uso cada vez mais disseminado da categoria “*envolvido*”², ao seu notável rendimento como uma nova forma de rotulação criminal da juventude das favelas . Representa, a seu modo, um parar pra pensar a respeito do tema do controle social e/ou das vigilâncias contemporâneas face ao um contexto em que velhas ideologias sobre as classes perigosas se atualizam em discursos, sejam jornalísticos, sejam estatais em torno de uma atuação mais punitiva em relação aos criminosos. Seu rendimento classificatório é tão persuasivo que caiu no gosto do senso comum.

A partir de perspectivas integradas, examinam-se as diferentes dimensões sociais de uma lógica muito presente no cotidiano dos jovens moradores de favela: a permanente suspeição do envolvimento com o crime, considerando a ordem estrutural em que se manifesta e os espaços e relações que afeta e contamina. O que permite dizer que o texto, constitui uma reflexão que busca teorizar, questões ligadas às juventudes, à criminalidade e à segurança pública.

A categoria de *envolvido* tem tido seu rendimento avalizado por ser uma entidade onipresente que cobre uma vasta área de classificação. A sua elasticidade e flexibilidade permitem tanto identificar traços específicos quanto reconhecer padrões comuns entre os indivíduos, suas interações, intenções e trajetos. Aliás, a categoria transcende ao favelado, sendo acionada no contexto da política. Nele, encontram-se os políticos e empresários acusados de desvio e corrupção de verba pública, atualmente investigados e presos pela então denominada operação “lava-jato”³. Esses seriam os chamados crimes do colarinho branco, insígnia que não se aplica exatamente aos criminosos comuns personificados na figura dos “bandidos”, os *matáveis*, isto é, proprietários de vidas desqualificadas, passíveis de serem medidas racionalmente até mesmo em valores monetários. Sua aplicação está em conformidade com um (paradoxal) paradigma político atual: a exclusão-incluída, a verdadeira participação na vida política pelo caminho da sua e-xistência (Agamben,2002). Por isso não podemos falar de exclusão social simplesmente, pois trata-se de um existir tanto mais dentro quanto mais fora, são vidas em exceção, que sobram.

² Adota-se *envolvido-com*, em itálico, como uma forma de distinguir a categoria e seus modos de uso.

³A operação Lava Jato iniciada pela polícia federal em 2014 é considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres públicos esteja na casa de bilhões de reais.

A singularidade destes sujeitos, quando inseridos nesta perversa lógica, perde a sua razão de ser, pois sob o olhar uniformizador, redutor, não há espaço para a subjetividade, tudo se coisifica, se torna objeto, para melhor gerir, controlar e instrumentalizar. A existência é reduzida a uma vida nua, despojada de direito que ele só pode salvar em perpétua fuga, seja das áreas de favelas, seja das prisões, zonas em que a aplicação da lei é suspensa, mas paradoxalmente permanece em vigor, remetendo a uma exposição total da vida à violência capaz de ceifá-la para que outros sigam vivendo. Quem morre, quase nunca tem nome, basta dizer “*envolvido*”, um referente abstrato, que responsabiliza o indivíduo pela sua morte: morreu porque estava *envolvido-com*, algo, alguém, alguma coisa que representa uma ameaça à sociedade e deve ser alvo de vigilâncias difusas direcionadas tanto às virtualidades de suas condutas quanto à sua periculosidade iminente, ou seja, do que podem fazer, do que são capazes de fazer ou estão sujeitos a vir a fazer.

As repercussões dessa classificação de “*envolvido-com*” foram objeto de pesquisa etnográfica realizada em duas favelas cariocas – o Complexo do Alemão⁴ e o Morro do Falet⁵ – no ano de 2016 e 2017, envolvendo 15 jovens de ambos os sexos e cores, complementada por entrevistas grupais e conversas informais, visitas e participações em momentos de lazer. As localidades apresentam distinções simbólicas face às hierarquias de prestígio atribuídas aos locais de moradia na cidade do Rio de Janeiro, seguindo uma divisão da cidade em polos Zona Sul e Zona Norte. Dentro deles, localizam-se os bairros, segundo uma organização que é, ao mesmo tempo, geográfica e simbólica, alocando os indivíduos em determinados ambientes que são encarados como produtores de um *ethos* específicos, ou seja, dependendo do local em que se mora é daí deduzida uma certa inserção na estrutura econômica e o respectivo capital social, assim há uma conexão implícita entre Zona Sul e riqueza e Zona Norte e pobreza⁶. Os subúrbios, por exemplo, estariam segundo a classificação “nativa”, associados com o termo tradição e os bairros da Zona Sul, indicariam modernidade⁷. Esta hierarquia também se aplica as

⁴ O Complexo do Alemão, localizado na Zona Norte, é formado por mais de 15 localidades. Foi criado, em 1993 e conta com uma população de cerca de 70 mil habitantes; Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

⁵ O morro da Falet, localizado na região central do Rio de Janeiro integra um complexo que inclui mais de 10 localidades. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

⁶ A associação do polo Zona Sul com modernidade tem raízes na própria dinâmica histórica da ocupação da cidade desde a virada do século XIX. A região compreendida por este polo passou a ser um atrativo para populações de todas as partes da cidade, revestindo-se de um perfil moderno, em contraste com a parte da cidade mais antiga, ou seja, seu centro (Ver Farias, 2006).

⁷ Ver Velho (1974) e Heilborn (1984) sobre fronteiras culturais entre os bairros cariocas.

favelas da Zona Sul em oposição as “outras”⁸. O Complexo do Alemão está localizado na Zona Norte da cidade, bem populoso e menos aparelhado em termos urbanísticos e sociais; em vários discursos oficiais é identificado como um território central para a economia ilegal do tráfico⁹. O morro da Falet está situado na região central, bem menos povoada e próxima a bairros que possuem equipamentos sociais, culturais e de lazer, o que viabiliza maior mobilidade aos moradores e o acesso a museus, bibliotecas, parques e praias. Um ponto de união entre eles seria o fato de terem sido implantadas Unidades de Polícia Pacificadora em ambas as localidades entre os anos de 2011 e 2012¹⁰, cujos dramas e tramas foram rememorados nos encontros.

As idas ao campo foram mediadas por líderes comunitários com os quais já havia diálogos constituídos em pesquisas anteriores. A seleção dos jovens seguiu critérios provavelmente relacionados a perfis que eles entenderam como sendo os desejados por nós: jovens *vulneráveis* em diferentes escalas, participantes ou não de projetos sociais.

No que diz respeito à escolarização e ao mercado de trabalho, entre os jovens do Falet, a maioria estava cursando o ensino médio e frequentando cursos de língua estrangeira. No Alemão, muitos já haviam abandonado o ensino fundamental ou médio e estavam trabalhando em atividades de maior ou menor grau de precariedade, como pedreiro, porteiro de escola, motorista de transportes alternativos e alguns transitando pelas poucas alternativas locais para obter renda. No Falet, alguns já trabalhavam ou estagiavam de forma remunerada. Nas duas localidades, entretanto, os jovens nos descreviam cenários já instalados nas suas memórias coletivas e individuais relacionadas às violências, isto é: perseguições e operações policiais violentas, de um lado, e, de outro lado, guerras entre facções, que os atingem em suas rotinas, práticas e imaginários. A atmosfera densa que potencializava medos e vigilância difusos fora também experimentada por nós enquanto pesquisadores desde os contatos com os mediadores até o próprio deslocamento para efetivação das entrevistas, contagiando, por exemplo, o serviço de taxistas e motoristas do aplicativo Uber que sucessivamente se

⁸ As favelas existentes nos bairros são encaradas como áreas mais degradadas por parte de todos os seus moradores, que nesse ponto repetem a dicotomia entre o asfalto (habitações regularizadas, com saneamento básico) e favela (comunidades de baixa renda, moradias precárias sem regularização imobiliária).

⁹ “Tráfico de drogas” é uma expressão do senso comum para se referir a uma configuração de agentes que agem na ponta da venda e comércio de drogas espalhados nas localidades pobres e favelas de várias cidades brasileiras. É utilizada para descrever uma atividade econômica transnacional com conexões legais e formais. Para compreendê-lo é preciso analisar as relações simbióticas entre diferentes atores com interesses comuns que formam um tecido social, econômico e institucional bem entrelaçado (Ver Zaluar, 2008; Misse, 2011b).

¹⁰ Em 2014, segundo dados da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 38 UPPs haviam sido instaladas, cobrindo aproximadamente 264 territórios e uma população estimada de mais de 1,5 milhão de pessoas. Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=767744>>. Acesso em 20/07/2015.

recusaram ou foram avisados por seus sistemas operacionais a não prosseguir com a viagem, fazendo com que experimentássemos ao vivo e a cores as cercas edificadas com as quais precisam manobrar cotidianamente, como discutiremos a seguir.

O texto está estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. A primeira, *Sorria, você está sendo vigiado: controles itinerantes, vigilâncias ampliadas e desconfiâncias recíprocas na favela*, inicia-se com um denso relato etnográfico sobre a chegada no campo. O tema recorrente é o das cercas itinerantes, rupturas, dos estranhamentos preenchidos pela ideologia do medo cultivada na memória social em relação ao território-favela. São colocadas sob escrutínio as engrenagens que movimentam as dinâmicas de suspeição em narrativas enviesadas sobre os favelados em várias dimensões que têm produzido limitações ao prosaico direito de ir e vir, desencadeando uma série de dispositivos que precisam ser manobrados pelos jovens para lidar com o amplo espectro da discriminação sócio-espacial. Discute-se a maciça intromissão da vigilância em suas vidas, em micro e em larga escala, face às ameaças e suspeições que vem de fora e de dentro, pelos lados, entre eles, configurando-se como um cenário de inseguranças difusas e de desconfiâncias recíprocas.

Na segunda parte, *Sorria, você está sendo envolvido: manobras de uma sociabilidade sob suspeita*, o eixo recorrente fundamental é a economia política do ser ou estar *envolvido*. Busca-se descrever a dinâmica da produção de controles estendidos e de vigilâncias difusas que a acusação de “*envolvido*” circunscreve, desvelando o funcionamento de uma engrenagem classificatória, um empreendimento moral, que se mostra dinâmico e transversal no cotidiano de jovens das favelas. Discutem-se as suas táticas e experiências, como inventariam e inventam suas posições na cartografia local, como projetam suas liminaridades entre proximidades e distâncias dos perigos que vêm de vários lados, seja a polícia ou “amigos”, empreendendo um interjogo delicado que estabelece alianças de ocasião para poderem transitar pelas cancelas da PM e dos traficantes. Examinam-se o constante exercício de levante e de superação de cercas, numa arena de violências e controles punitivos, com menor dano possível, nem sempre bem sucedido.

Na terceira parte, *Sorria, você fez por merecer: a produção da vítima empreendedora do seu regaste social*, a análise recobre os investimentos materiais e simbólicos feitos em torno da juventude pobre, alvo dos chamados projetos sociais, refletindo sobre as manobras de sentidos que encobrem a provisoriade dessas iniciativas, marcadas por uma lógica do mérito e salvacionista. Discute-se a associação

entre juventude e vulnerabilidades e as suas possíveis implicações no reforço de estereótipos negativos sobre os jovens pobres, por meio de discursos que privilegiam a auto-gestão. O medo de morrer, o medo de sobrar, de não encontrar emprego e uma série de outros medos constituem o foco da reflexão com o intuito de ampliar o debate sobre as iniciativas institucionais dirigidas aos segmentos juvenis, trazendo à tona a figura da vítima empreendedora de seu próprio resgate social¹¹.

PARTE 2: SORRIA: VOCE ESTÁ SENDO ENVOLVIDO. MANOBRAS DE UMA SOCIABILIDADE SOB SUSPEITA

“*Envolvido-com*” é uma classificação viva e dinâmica de um fenômeno transversal e ao mesmo tempo situado, localizado. Cada vez mais onipresente nas representações coletivas é, simultaneamente, um fenômeno de apreensão fugidia e afeito a classificações estanques. Ser e/ou estar *envolvido* pode ser uma identidade, um estereótipo e um preconceito. Um novo modo de rotulação que recicla ideologias sobre as classes perigosas (Chalhoub, 1996) e parcela da juventude pobre.

Um contínuo estado de alerta, inventariando e reinventando posições, é o modo pelo qual os jovens de favela manobram os sentidos expressos nos acionamentos da categoria “*envolvido-com*” para dentro e fora de seus locais de moradia.

Essa tomada de posição pode ser sintetizada como uma economia política do envolvimento: um modo operativo comum e atravessador, manifesto em situações mais diversas, que circunscreve táticas de como se manter a salvo de acusações, seja pelo excesso de proximidade ou pela distância das cercas que os envolvem. A pergunta “De que lado estão?”, desvela uma averiguação rotineira de credenciais seja no trajeto casa-trabalho-casa, no recurso do transporte alternativo, na procura por emprego, no recôndito das interações afetivos-sexuais, entre outras ocasiões, é necessário apresentar-se e representar-se como não *envolvido-com*: uma bíblia, uma camisa de projeto esportivo, roupas e acessórios que não destoem do padrão social coerentes com o de pobres, o corpo e a cor de pele “certos”, entre outros sinais distintivos, tudo na esperança de frear a constante suspeição que paira sob suas cabeças.

Como um dispositivo de vigilância a serviço da regulação das trajetórias e percursos identitários, a categoria revela uma trama de rotulações que põe em operação

¹¹ No momento em que enviamos este texto para os coordenadores do GT, o artigo ainda encontrava-se em finalização. Portanto, o que se segue é uma versão resumida do artigo completo.

deslizamentos entre os estados provisório (“estar *envolvido*”), momentâneo (“ficar” *envolvido*) ou permanente (“ser *envolvido*”). Adentrar por esses meandros dos deslocamentos de significado de envolvimento, operados pelos sujeitos de “fora” e de “dentro” das localidades é ter em conta seus efeitos nas dinâmicas de produção de controle sobre a juventude e suas interações. Uma trama de acusações que evidencia fronteiras porosas, inclusivas e excludentes, cujos movimentos transitam pelas noções de “bandido”, “suspeito” e “vulnerável”¹². E é disto que vamos tratar: de fazer aparecer suas táticas e experiências, tornando visíveis os delineamentos de cada uma dessas modulações da categoria *envolvido*, enquanto um campo de reflexão e análise.

Economia política do envolvimento – sua engrenagem ou as manobras feitas pelos indícios e sinais combinados de gênero, cor, posição social, bens, aparência, pertencimento, proximidade.

Nessa economia operativa os modos singulares encontrados pelos jovens para contornar tais confinamentos, não os munuiu ainda de uma ferramenta capaz de ignorar essas fronteiras mutáveis e ultrapassá-las sem correr ou colocar em risco parentes e amigos. O empreendimento é forjar aberturas para a experimentação de seus estilos de vida, de suas formas mais ou menos prosaicas de sociabilidade que corresponde às imagens convencionais de ser um ou uma jovem quando frequenta um baile *funk* ou aciona seus smartphones, iPhones ou iPads.

Experimentada com maior ou menor intensidade, a partir de fatores variados e não totalmente previsíveis, mas que os atingem rotineiramente em suas práticas e imaginários, a distribuição seletiva de vigilância e punição está gravada na memória coletiva e individual dos jovens de favelas. Eles apresentam, em seus saberes e práticas, uma sociologia espontânea que revela como manejar com as cercas dos diversos controles. Qualquer que seja o lado, porém, o ser *envolvido* parece ser aquele que não colabora, nada ou pouco tem a dizer, que pode manobrar bem com os indícios, o que faz dele ainda o “abusado” por fugir das cercas. Do lado da ordem e dos bons costumes da PM de operações policiais, quem fica perto do crime, do lado está. O “tráfico” também patrulha e produz controle territorial armado, partilhando desta mesma lógica que é a de produzir envolvimento que levam alianças que possibilitam a estabilização de seu

¹²Uma outra denominação dada a esse processo de rotulação estigmatizante é a de sujeição criminal que funciona como um mais dispositivo que criminaliza antecipadamente e autoriza o extermínio (Misse, 2001).

poder nos território-favela. A acusação reflete uma colaboração com o inimigo seja a policia, a milícia ou a facção: olhou? Cumprimentou? Ah Xnovou!!!

Portanto, é a ideia/metáfora do “envolvimento” que pode mudar de sinal a depender da modulação adquirida como um colaborador/traidor do rival ou parceiro/leal ao grupo.

DIGA-ME ONDE ANDA, COM QUE FALA E O QUE FAZ E TE DITAREI QUEM ÉS.

Como uma nova forma rotulação perigosa, o uso e abuso da categoria atrela-se aos moldes tradicionais postos em marcha através da gramática da exclusão, do punitivismo, do extermínio. Uma classificação de outsider reavivada e experimentada como personificação do crime, enquanto gesto propositado, decorrente da escolha do indivíduo em praticar o desvio, o mal. Ser *envolvido* significa ser tratado, rotineiramente como um suspeito que se operacionaliza nas constantes “duras” que recebem dos policiais durante as operações na favela, episódios tão frequentes que já admitem serem narrados com certo humor. Um recurso fartamente acionado para manobrar os abusos de poder que eles denominam como “esculachos”¹³, provenientes das forças da ordem, Exército, Polícia Militar das operações policiais, a PM do choque, a PM do Caveirão, a PM da UPP. Esta última, a PM da decepção porque nela se creditava a esperança na mudança de um padrão de atuação policial nas favelas, como enfatiza a fala a seguir:

“Os PMs já tem o conceito de que os moradores das comunidades do complexo são bandidos e "mulher é piranha". Este estigma não se limita as UPPs. Todos os policiais do RJ enxergam moradores de comunidade como bandidos”(moça do Complexo do Alemão).

No quadro desse modo de rotular instauram-se regimes de intimidação que têm como motor uma conhecida forma de discriminação socio-territorial (Wacquant, 2001), experimentada de maneira muito direta em que a localidade serve como parâmetro de formas de classificação, sobretudo morais. Expressões como estigma, estereótipo, rótulo, etiqueta, preconceito contra nós, fazem parte do léxico dos jovens de favela, revelando o que Goffman e Foucault, de formas distintas, evidenciam a apropriação das categorias dos discursos de poder hegemônico. Esses processos de acusação e intimidação via a categoria do envolvimento com o mundo do crime são conhecidos há

¹³ Uma forma de tratamento considerado desrespeitoso com base na repreensão ou censura áspera praticado por autoridades, sobretudo policiais, aos moradores de favelas.

tempos pelos moradores das localidades pobres. O tratamento desigual que recebem da polícia face aos outros extratos sociais, por serem de “comunidade,” revela o quanto sinais exteriores de origem social¹⁴ contam nas construções generalizantes e unívocas da imagem do jovem de favela, integrando uma disposição aberta em reproduzir uma versão caricata redutora da complexidade social que vem de vários lados, como evidenciam os depoimentos abaixo.

“Nós sofremos preconceito por sermos de comunidade. Há aqueles moradores de comunidade que vão às ruas ou praia assaltar e outros que vão apenas com a intenção de se divertir, mas por conta de uma generalização, todos ficam vistos de uma forma única e negativa. As formas de se expressar sejam na forma de se vestir falar também influenciam na discriminação”. [Rapaz do Falet]

“Eu tenho amigos no Morro do Vidigal e quando fui à praia da zona sul com esses amigos e falei para uma garota que moro no Complexo do Alemão e os meus amigos disseram ser moradores do Vidigal, as meninas e as pessoas em volta que ouviram esconderam seus pertences”. [Rapaz do Falet]

As experiências com a rotulação se erigem a todo instante pautadas pelo interjogo delicado que estabelecem entre aliados da ocasião que os conduz de modo contundente a ter que estar sempre elaborando uma espécie de cartografia dos lados: para onde olhar ou não olhar, por onde andar, por onde ir, elaborando definições da situação que se manifestam nas mais diversas manobras para encontrar a medida da adequada distância, marcando uma preocupação com a busca por modos de fazer ver ao outro sua inscrição. A economia do envolvimento implica, pois, uma tática de regulação e remanejamento de distâncias que devem ser operadas pelos jovens com sagacidade, num trabalho de negociação constante de brechas, orifícios e respiros. Trafegar ao longo do continuum do “mais” ou do “menos”; envolve dilemas nas relações-tensões entre polos, configurando nuances do envolvimento ou do distanciamento. Além do controle policial, os sucessivos modos operativos de lidar com os estigmas pode ser acompanhado nos depoimentos que aludem à princípios de amizade devotados aos chamados “bandidos”. A amizade por pressupor igualdade é tomada como um forte indício de proximidade e assume particular importância na economia política do envolvimento de jovens nas localidades onde ocorrem atividades do crime-negócio¹⁵.

¹⁴ É preciso a todo momento controlar as infâmias lançadas sobre a favela como sinônimo dos males que atingem a cidade que macula a imagem que têm de si próprios. Os relatos afirmam que isso normalmente ocorre quando precisam dar o endereço em lojas ou para emprego, ou seja, a territorialidade, nesse caso, é considerada um fator restritivo.

¹⁵ Crime-negócio é uma expressão utilizada para designar um dos principais setores ligados a uma atividade econômica transnacional com conexões legais e formais. Seu funcionamento em redes de conexões organizacionais e

Nós nos conhecemos desde a infância não fazemos discriminação caso algum deles se torne bandido. Porém, os policiais entendem que pelo fato de se cumprimentar um bandido, somos bandidos também” (Rapaz do Falet).

O sentido crucial da amizade como proximidade é realçado nesse arranjo, possibilitando o exercício concreto de práticas performáticas que são realizadas *in acto* a fim de se encenar lealdades possíveis em um contexto altamente vigiado: saudações longas, toques em partes do corpo, olhares confirmadores. Assim, em suas estratégias incorporadas tais demonstrações se prestam ao reconhecimento público da ligação privada. Nasceram no mesmo lugar, se conhecem desde crianças, estudaram juntos, são dimensões tomadas como engrenagens que produzem continuidades em meio a cenários, vínculos e circunstâncias precariamente instalados. A franquia concedida ao poder armado desponta como uma espécie de resignificação situacional da identidade de “bandido”; a horizontalidade assim forjada, releva a interdependência desigual que se dilui na obrigação de retribuir que pode ser observada no depoimento de dois rapazes do Complexo do alemão:

“Eu estava no baile e vi um amigo de infância que estava com a bazuca. Esse amigo ao me ver veio me cumprimentar e eu não vou parar de falar com as pessoas pelo fato de estarem na bandidagem. Se por acaso alguém da bandidagem falar comigo e eu não responder, vão achar que eu estou em acordo com a polícia ou então com outra facção”.

“Eu estou trabalhando de carteira assinada e quase não saio de casa e ontem fui ao baile. Lá encontrei um amigo de infância que agora é bandido e que veio para me cumprimentar. Eu não vou deixar de falar com meu amigo”. (Rapazes do Alemão)

Engendra-se, com a figuração da amizade uma cadeia de trocas, um cortejo de amabilidades, que convive com a contínua cobrança de pedágios e demandas por filiações e adensamentos. A adesão às regras de lealdade não é “cega”, mas manobrada face à eterna suspeição que mobiliza distintas classificações. Por isso, projeta-se um modo de gestão de si para que os de fora saibam de que lado os que são de dentro precisam ficar. “Nem precisa estar do lado” para que sejam alvos de veredictos acusatórios, amplificadas pelo trabalho de controle a céu aberto em torno de subversão dos pactos, de “fechamentos” com os inimigos, seja a polícia ou os do bando rival. A simples insinuação de traição, a suspeita de uma “troca de lado”, calibra, a tensão

interpessoais que são ao mesmo tempo hierárquicas e horizontais. Estas redes comportam relações abertas no tempo e no espaço conectando inúmeras pessoas através de contatos diversos que vão se multiplicando pelos intermediários ligados por laços variados, inclusive meramente ocasionais (Zaluar, 1988, op cit).

máxima para a destruição segundo os códigos ditados pelos aliados da hora. “Ah, eles tem as leis deles”. É uma sentença conformada que está na boca de muitos moradores das favela sobre o tribunal do “tráfico” (Dias, 2012; Feltran,2016). Ainda outros mecanismos de hegemonia operam por invisibilidade ou naturalidade nesse contexto, removendo a possibilidade de censura ao um estilo de masculinidade muito difundido, ancorado em modelos que expressam em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos em torno de exibições de coragem e destemor, principalmente entre os homens mais jovens, os que mais ostentam esses emblemas nas inter-atuações locais cotidianas, através de epítetos como o de ser “o disposição”, “o brabo” ou “o frente”. Encena-se, todavia, uma espécie de igualitarismo pragmático, um dispositivo *soft* que, ao mesmo tempo, que endossa a camaradagem viril, enrijesse hierarquias de prestígio, mascarando a enorme desigualdade nas relações inter e intra-gênero locais¹⁶. Aqui mais uma vez lidamos com uma entidade abstrata e universal: o amigo, membro da “facção”, denominação que embute um ser masculino e um tipo de configuração de masculinidade, o alguém a quem é preciso deixar à mostra, sempre que necessário e prudente, as lealdades primárias, dando provas constantes desta probidade no grupo de pares, para negociar seu capital de proteção para dentro mesmo que provisório, face aos desafios que enfrentam: medo de morrer, medo de sobrar!

Ser amigo dos amigos da “facção” é ampliar o capital simbólico, em geral, ambicionado entre os mais dispostos a enfrentar com armas (disponíveis nas favelas e ao seu alcance), as gangues rivais e a polícia, matando e morrendo em uma guerra que é parte de uma lógica condicionada pelo consumo e pelo mercado de drogas ilegais espalhados por vários territórios da cidade que se ligam a circuitos legais, a interesses empresarias e a instituições governamentais.

A condição de jovem de favela precisa ser analisada dentro do contexto amplo e não como um estilo de vida independente ou singular. Essa condição abriga sentidos específicos que tanto podem ser observados no âmbito macro-social quanto naquele efetuado nas relações micro-sociais, na subjetividade dos sujeitos. Esta perspectiva permite compreender a persistência de moralidades que intrigam, encerram paradoxos, dilemas e impasses na condição de ser um jovem morador *envolvido* no cerco itinerante das violências e do crime que afeta a rotina de todos os habitantes das localidades pobres do Rio de Janeiro.

¹⁶ Para uma análise da socio-dinâmica das masculinidades em contextos de pobreza e exclusão social Ver Bourgois, Zaluar (1985), Barker (2009). Ver também Cecchetto sobre estilos de masculinidades no lazer e no esporte (2004).

Por isso, a categoria *envolvido-com*, traz consigo uma engenhosidade cuja eficácia distingue-se da categoria classe perigosa. Sua modernidade está na sua expressão funcional do individualismo e de mercado. Busca-se dar conta do indivíduo e de suas interações, ali no cotidiano de suas interações. Através dela se pode conseguir o que nem Lombroso imaginava ir tão longe: por no banco dos réus as relações sociais, a interação mesma. Por meio dela ambiciona-se criminalizar os indivíduos, suas vinculações, suas redes, sua transitividade entre vínculos sociais: o ir e vir entre mundos sociais e seus sujeitos, assim como o ir e vir pelos lugares da cidade.

O que está em jogo é a punição estendida dos trajetos, trajetórias e destinações. Condena-se o futuro a moda *minority report*. A expectativa de tutela penal preventiva ampliada tal como visualizava do Nina Rodrigues no início do século passado retoma na contemporaneidade brasileira como força de seu rendimento classificatório.

Corresponde a um dispositivo de (re)produção de acusações que emerge do debate acerca da defesa social e migra para a legislação penal brasileira na última década. No caso brasileiro, assistiu-se a sua inclusão nas mudanças. Se, por um lado, “*envolvido*” aparece como uma novidade dentro da narrativa contemporânea de controle do crime, por outro lado, não há nada de novo na associação histórica entre juventudes pobre e crime, intensificada pelos trabalhos da Escola de Chicago. No caso brasileiro, em particular no Rio de Janeiro, tem-se uma associação perversa, quase instantânea porque há muito internalizada, entre jovem de favela e o chamado “crime organizado”. Por conta de um olhar político que conjuga evolução com salvação, identifica-se uma gênese comum, embrionária: um e outro têm a mesma origem, seja na sua “natureza humana”, seja do lugar de onde se é natural. Ontologias a serviço do controle. Revela-se a instrumentalidade de uma moralidade específica que busca dar conta do que seja trajetória desviante e estabelecer suas causas e efeitos. O que serve para justificar as distintas formas de intervenção corretiva, seja pela inclusão tutelada de alguns, seja pela exclusão deliberada de outros matáveis, seja pela indiferença diante dos muitos que não “fizeram por merecer” o projeto social salvador ou a morte redentora.

Examinando as representações que hoje se oferecem a essa questão do envolvimento dos jovens com o crime, confrontamo-nos com outro processo de rotulação que orienta e justifica a estruturação de políticas e projetos sociais cujo foco são indivíduos nos quais se “cola” o adjetivo “vulneráveis”. O termo em si (como “*envolvido*”) também contém um juízo e carrega a proposição de que existe um grau maior de exposição a riscos e perigos que atinge determinadas pessoas e grupos frente a outros, entretanto,

evoca a mesma conotação negativa, ainda que menos orientada para uma perspectiva individualizante, aliviando, em certa medida sua carga moral.

Nesse sentido, o candidato ideal dos projetos sociais - orientados para agir como recurso profilático à criminalidade (ainda que de modo não explícito) - não deve estar “*envolvido*” com ações criminalizáveis, mas ao mesmo tempo, é significativamente desejável que seja classificado como em situação de vulnerabilidade para justificar as iniciativas construídas nessa chave de oferecer alternativas para que não sejam “*atraídos*” para o crime. É como se o atributo “*envolvido-com*” falasse mais de uma questão individual e a vulnerabilidade reconhecesse o caráter estrutural do desvio ou do comportamento desviante. Não à toa, os projetos sociais, acionam a gramática da escassez de oportunidades de trabalho e renda para a juventude pobre, descrita como mais vulnerável à violência seja como vítimas ou autores.

Na maioria das situações por nós observadas ao longo da pesquisa, a entrada nesse campo dos projetos exige do indivíduo o desenvolvimento de um conjunto de disposições, ou seja, de um determinado *habitus*. Neste aspecto, chama atenção a figura do “jovem de projeto”, isto é, indivíduos que acabam por se apropriar da linguagem do campo específico dos programas sociais incluindo-a em suas estratégias de “sobrevivência social”. Assim, há um aprendizado de palavras, gestos, atitudes e práticas que gradativamente vão sendo incorporados pelos sujeitos como estratégia de distinção e gestão cotidiana de si.

Considerações Finais

Maio de 2017. Momento de finalização deste artigo. Dois meses antes, um vídeo circulou no *WhatsApp*, mostrando a execução de dois rapazes perto de uma escola municipal na Zona Norte da cidade¹⁷. Deitados no chão, um deles ainda tentou se levantar antes de ser alvejado mortalmente pelo policial. O ato surpreendeu e embaralhou as vozes dos vizinhos que filmavam a cena de uma janela indiscreta. Quanto pior a experiência do real, maiores as possibilidades do virtual. O cenário era de mais um confronto entre policiais militares e suspeitos que já tinha feito um vítima naquela manhã: Maria Eduarda, 13 anos, baleada dentro da mesma escola enquanto

¹⁷ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-flagrados-executando-dois-homens-sao-envolvidos-em-37-autos-de-resistencia-21141468.html#ixzz4gs7clUr4>

corria dos tiros. A morte da adolescente causou revolta nas redes sociais por tratar-se de “um inocente”. Os policiais militares, flagrados na execução, foram presos no mesmo dia e prestaram depoimento por homicídio qualificado, elevando o número de mortes causadas por intervenção policial na cidade¹⁸. “O Rio mergulhado na guerra” é uma metáfora repisada sobre mais um episódio que desencadeia disputa em torno de seus sentidos. As mortes foram denominadas como “covardia”, mas não por todos e nem por muito tempo. Os rapazes mortos, cujos nomes não foram mencionados, acionaram comentários condenatórios sobre suas credenciais identitárias cuja potência só pode ser sentida pela ausência de adjetivos originais sobre sua condição de “bandidos”, uma chancela para a execução ilegal como uma ação policial legítima.

Três vidas, alguma dor e muitos aplausos nas redes sociais para a permanência dessas práticas autoritárias, reflexo dos brutais mecanismos de controle estatal exercidos sobre a população suspeita. A naturalização das arbitrariedades cometidas por muitos policiais recebem apoio social talvez porque ofereçam alívio imediato, proporcionando uma dose de conforto às alteridades estabelecidas: sorria você *não* será uma vítima dos agentes públicos de segurança, porque quem está morrendo são os *envolvidos-com*, indivíduos que oferecem resistências ao trabalho policial de proteger os “cidadãos de bem”.

No discurso corriqueiro dos simpatizantes do extermínio recrudescer a ideia que estamos na barbárie, precisamos de mais prisões, de mais punição, de menos marginais, entes que encontram estímulos para cometer crimes porque se escondem atrás dos direitos humanos.

O rendimento potencial da classificação de *envolvido-com*, a qual tem sido apropriada em diferentes campos, variando da política, à corrupção, à criminalidade, despertou nossa reflexão crítica a vários usos que a denominação encontrou e às formas como têm sido manobrada pelos moradores de áreas de favela. Esses usos não são triviais. Eles encerram questões significativas sobre a juventude pobre, tais como o aumento de violações que vêm de vários lados, afetando relações, trajetórias e subjetividades. Portanto, a acusação de *envolvido-com* atua como uma força motriz, movimentando uma economia tanto psíquica quanto política entre os jovens de favela.

¹⁸ Segundo o décimo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, policiais civis e militares assassinaram 3.345 pessoas no Brasil. O índice representa um avanço em relação ao ano de 2014. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>

Uma das principais evidências dessa economia tão singular se refletiu na expressão repetida por todos os jovens que mantivemos contato nessa pesquisa e que inspirou a realização desse texto: “Basta estar do lado para ser visto como *envolvido...*”, sintetizando o peso do estigma que carregam por morarem em áreas sob permanente tutela e serem alvos de constantes práticas discriminatórias e excessivamente violentas. Os jovens seguem abrindo brechas nas variadas cercas existentes através do lazer, da música da religião, da tecnologia e da inserção em projetos sociais, culturais ou artísticos, mas sempre alertas para nem estar perto nem longe demais do lado que precisam ficar, numa gestão cotidiana e diferenciada de sujeições e tiranias de uns e outros que estão a sua volta.

Por fim, uma análise ampliada do rendimento classificatório da categoria *envolvido* tem uma relevância no momento presente do aumento da sensação de insegurança em várias capitais brasileiras e a demanda por uma atuação do Estado mais “rigorosa”, ou seja, mais punitiva.

Bibliografia

AGAMBEN, G. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. São Paulo: Boitempo Editorial 2015, 117p.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 176p.
_____. *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014, 160p.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 232p .

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007, 556p.

BOURGOIS, P. *In Search of Respect. Selling Crack in El Bairo*. Cambridge. University Press, 1995, 379 p.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 272p.

CECCHETTO, F. *Violência e estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DIAS, C.N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2012, 456p.

ELIAS, N. *“O processo civilizador”*, V. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FARIAS, Patrícia. (2006) Pegando uma cor na Praia: relações raciais e classificação de cor na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: prefeitura do Rio. (Col. Biblioteca Carioca)
- FELTRAN, G. *Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo*. In: _____. *Cidades. Coleção Ensaio Brasileiros Contemporâneos*. Rolnik, Raquel e Fernandes, Ana (org). Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 1-21.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 379 p.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 572p.
- GOFFMAN, E. *Estigma. Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Edição: 4ª. Rio de Janeiro: LTC, 1988, 158p .
- MACEDO, B. DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA: desafios para a implantação de políticas públicas de Segurança no Brasil. 2015. Projeto de pós doutorado. Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.
- MAGNANI, J. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, UNESP, 1998, 166p.
- MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, n. 40, p.13-25, v.19, oct. 2011.
- MONTEIRO, R. Socio-Sporting Projects, Violence Prevention and Suburban Youth in the City of Rio de Janeiro. *Vibrant*, Brasília DF, v.7, n.2, p166-193, 2011.
- MUNIZ, J; MELLO, J . *Nem Tão Perto, Nem Tão Longe: O Dilema Da Construção Da Autoridade Policial Nas UPPs*. Civitas, Dossiê: Políticas públicas de segurança e justiça. Porto Alegre, Revista de Ciências Sociais, vol. 15, n. 1, 2015. pp. 44-65.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História* 10, São Paulo, PUC-SP, p07-29, dez. 1993.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: “Culturas Jovens. Novos mapas do afeto”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p 105-120.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, FGV, vol. 2 n.3, p. 3-15, 1989.
- SILVA, L. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan.-jun. 2004.
- TAUSSIG, M. Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem - Um Estudo Sobre o Terror e a Cura. Paz e Terra, 1993.
- VITAL, C. Oração de traficante. Rio de Janeiro: Garamond. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas . 432p, 2015.

WACQUANT, Loïc J. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Sociedade e Cultura, Goiânia, 2001.

ZALUAR, A. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p445.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985, p270.